

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



## SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: ESTADO DAS COISAS INSTITUCIONAL

### Autor(res)

Thiago Luiz Sartori  
Marcia Carolaine Lima Da Silva  
Erica Machado Da Silva Pereira  
Luciana De Moraes

### Categoria do Trabalho

1

### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

### Introdução

Este resumo evidencia a violação dos direitos humanos no sistema penitenciário brasileiro. A Lei n.º 7.210/1984 garante assistência ao preso, incluindo alimentação, saúde e apoio jurídico. No entanto, a realidade das prisões brasileiras é desumana, exigindo medidas excepcionais. O instituto do Estado de Coisas Institucional (ECI) é tema de estudo no Direito Penal. O Supremo Tribunal Federal (STF) identificou haver estado de coisas inconstitucionais no sistema penitenciário brasileiro, face às violações à dignidade e à integridade psíquica dos presos decorrentes de ações e omissões do poder público.

### Objetivo

Demonstrar a necessidade de um diálogo entre o Poder Judiciário e os demais Poderes para efetivar os direitos fundamentais no sistema prisional, evidenciando a transgressão à dignidade do preso, a inércia das autoridades e a demanda por uma abordagem plural na resolução dos problemas estruturais.

### Material e Métodos

Foi realizado um estudo de cunho qualitativo, sobre o estado das coisas constitucional no sistema penitenciário brasileiro, no qual, para fundamentar o tema proposto, foram realizadas pesquisas bibliográficas que demonstrassem dados precisos sobre a situação atual dos presídios brasileiros. Foi realizada a consulta a leitura bibliográfica de Carlos Alexandre de Azevedo Campos (O Estado de Coisas Inconstitucional e o litígio estrutural), leitura a petição da ADPF 347 ajuizada pelo Partido Socialista e Liberdade (PSOL), Lei n.º 7.210/1984 - Lei de Execução Penal, e ao site Jusbrasil, reunindo e comparando várias informações de fontes diversificadas, no qual, demonstram a necessidade de remédios estruturais voltadas para a formulação e execução de políticas públicas que não seriam possíveis por meio de decisões tradicionais.

### Resultados e Discussão

Como mencionado, a lei assegura assistência ao preso, determinando que o recluso tenha pelo menos o mínimo de condições humanas dentro dos presídios. Contudo, não é o que acontece na prática, existem graves violações

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



aos direitos humanos ocorridas nos presídios brasileiros. Ficando cada vez mais evidente que as autoridades públicas não enxergam como prioridade o fracasso do sistema prisional brasileiro. Os ministros do STF entenderam que o ADPF 347 cumpriu os requisitos mínimos para o reconhecimento do estado de coisas institucionais. O reconhecimento desse estado de coisas institucionais pelo STF foi importante para impulsionar medidas de reforma e melhoria do sistema prisional no Brasil.

### Conclusão

Portanto, a situação do sistema penitenciário brasileiro é alarmante, refletindo uma grave violação aos direitos humanos. Apesar da Lei de Execução Penal estabelecer direitos mínimos, a realidade é desumana, exigindo intervenção urgente do Estado. O instituto do Estado de Coisas Institucional (ECI) surge como técnica importante para reconhecer violações sistêmicas de direitos. O diálogo entre os Poderes é essencial para efetivar esses direitos.

### Referências

Carlos Alexandre de Azevedo Campos (O Estado de Coisas Inconstitucional e o litígio estrutural); ADPF 347; Lei n.º 7.210/1984 - Lei de Execução Penal; jusbrasil.com.br